

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE HISTÓRIA

BIANCA KALUANA DE SIQUEIRA

**BEM VIVER E PEDAGOGIAS DO CUIDADO: AS PRÁTICAS FORMATIVAS E
ORGANIZATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**

ERECHIM, 2026.

BIANCA KALUANA DE SIQUEIRA

**BEM VIVER E PEDAGOGIAS DO CUIDADO: AS PRÁTICAS FORMATIVAS E
ORGANIZATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS), como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História

Orientador: Prof. Dr. Gerson W. Fraga

ERECHIM, 2026.

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Siqueira, Bianca Kaluana de

Bem Viver e Pedagogias do cuidado: As práticas formativas e organizativas do Movimento de Mulheres Camponesas: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim, RS, 2026. / Bianca Kaluana de Siqueira. -- 2026.

49 f.

Orientador: Gerson W. Fraga

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim, RS, 2026.

1. Decolonialidade. 2. Movimento de Mulheres Camponesas. 3. Pedagogias do cuidado. 4. Educação Popular. 5. Decolonialidade. I. Fraga, Gerson W., orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

BIANCA KALUANA DE SIQUEIRA

**Bem Viver e Pedagogias do Cuidado:
as práticas formativas e organizativas do Movimento de Mulheres Camponesas**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado no curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia **03/07/2026**.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **GERSON WASEN FRAGA**
Data: 07/07/2026 15:31:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Naira Estele Roesler Mohr (UFFS)

Documento assinado digitalmente
 **NAIRA ESTELA ROESLER MOHR**
Data: 07/07/2026 17:11:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zenicleia Angelita Deggeroni (UERGS)

Documento assinado digitalmente
 **ZENICLEIA ANGELITA DEGGERONI**
Data: 07/07/2026 15:50:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Às mulheres camponesas que inspiraram e tornaram esta pesquisa possível e que, por meio de suas práticas, saberes, lutas, formas de cuidado e de organização coletiva, seguem defendendo a vida e construindo caminhos de dignidade, autonomia e transformação. E a todas as mulheres que, em diferentes tempos, territórios e realidades, continuam teimando em existir, criar e transformar realidades. Que sustentam comunidades, constroem e compartilham conhecimentos, abrem caminhos umas para as outras e fazem do cotidiano um espaço de encontro, cuidado, resistência e permanência. Àquelas que, através da ousadia cotidiana de existir, seguem deixando suas marcas no mundo e na História e tornando as utopias possíveis.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma trajetória é construída sozinha. Este trabalho é, também, resultado de muitos encontros, aprendizados e caminhos compartilhados ao longo dos últimos anos.

À minha família, por sempre me permitir ser quem sou e por acreditar, junto comigo, na educação e no conhecimento como possibilidades de compreender e transformar a realidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gerson W. Fraga, por não ter soltado minha mão durante o processo. Mesmo quando estive distante ou percorrendo caminhos nem sempre lineares, sua orientação e acolhida foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser concluído.

À colega de trabalho Prof.^a Dra. Rejane De Grandi, pelo auxílio durante a trajetória.

Aos demais colegas de trabalho com quem compartilho o tempo e o cotidiano, por reafirmarem diariamente minha escolha pela educação.

À Universidade Federal da Fronteira Sul, aos professores e professoras do curso de História e a todas as pessoas da instituição que contribuíram para minha formação acadêmica, profissional e humana.

Aos meus amigos, que fazem da vida uma experiência compartilhada. Obrigada por me lembrarem que caminhar junto continua sendo uma das formas mais potentes de existir.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas, cuja trajetória, produção de conhecimento e compromisso com a defesa da vida tornaram esta pesquisa possível. Que este trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para valorizar e visibilizar experiências que seguem produzindo história e educação.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada. Concluir este trabalho reafirma uma convicção construída ao longo da graduação: o conhecimento não nasce do isolamento, mas dos encontros. É no diálogo, na partilha e na construção coletiva que encontramos sentido.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), buscando compreender de que maneira suas experiências dialogam com princípios associados ao Bem Viver e às pedagogias do cuidado. Partindo de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de cartilhas, materiais formativos, publicações institucionais e produções do próprio movimento, o estudo investiga como as mulheres camponesas constroem formas coletivas de resistência, produção de conhecimento e defesa da vida em seus territórios.

A análise evidenciou que as práticas desenvolvidas pelo MMC ultrapassam a reivindicação de direitos específicos, articulando cuidado, agroecologia, soberania alimentar, formação política, organização coletiva e Feminismo Camponês Popular em torno de um projeto comprometido com a transformação social. Nos materiais produzidos pelo movimento, o cuidado assume uma dimensão ética, política e comunitária, vinculada à preservação dos saberes ancestrais, à produção de alimentos saudáveis, à defesa da biodiversidade e ao fortalecimento das relações coletivas. Da mesma forma, a agroecologia e a soberania alimentar aparecem como estratégias de resistência frente aos processos de mercantilização da vida, da natureza e dos conhecimentos historicamente construídos pelas populações do campo.

Os resultados permitem identificar importantes aproximações entre as práticas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas e os princípios do Bem Viver, especialmente no que se refere à centralidade da vida, à valorização da coletividade, à defesa dos territórios e à construção de relações menos subordinadas às lógicas de exploração. Ao reconhecer as mulheres camponesas como sujeitos políticos e produtoras de conhecimento, a pesquisa contribui para os debates sobre educação popular, movimentos sociais, feminismos, agroecologia e alternativas ao desenvolvimento hegemônico, evidenciando a relevância dessas experiências para a compreensão dos desafios contemporâneos e das possibilidades de construção de outros modos de viver, produzir e cuidar.

Palavras-chave: Bem Viver. Pedagogias do Cuidado. Movimento de Mulheres Camponesas. Feminismo Camponês Popular. Agroecologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. BEM VIVER, PEDAGOGIAS DO CUIDADO E EPISTEMOLOGIAS LATINAS-AMERICANAS.	12
1.1 O Bem Viver como crítica ao desenvolvimento	15
1.2 Pedagogias do cuidado: educação, vínculo e transformação social	16
1.3 Decolonialidade, saberes situados e resistência	18
2. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: TRAJETÓRIA, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO	22
2.1 Mulheres rurais e organização política no contexto da redemocratização brasileira	22
2.2 Feminismo Camponês Popular	25
2.3 Formação política e educação no Movimento de Mulheres Camponesas	28
3. AS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E FORMATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS À LUZ DO BEM VIVER	31
3.1 Cuidado e reprodução da vida	31
3.2 Agroecologia e soberania alimentar: disputas sobre produção, território e vida	35
3.3 Formação política e construção coletiva: produzir conhecimento para transformar a realidade	39
3.4 Território, autonomia e resistência: a construção de alternativas a partir da vida camponesa	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os movimentos sociais do campo têm ocupado papel importante na construção de formas coletivas de organização, resistência e produção de conhecimento no Brasil. Entre esses sujeitos, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) destaca-se por articular lutas relacionadas aos direitos das mulheres, à agricultura camponesa, à agroecologia, à soberania alimentar e à defesa dos territórios rurais. Ao longo de sua trajetória, o movimento produziu uma ampla variedade de materiais formativos, documentos políticos, cartilhas, campanhas e espaços de formação que expressam não apenas reivindicações sociais, mas também formas específicas de compreender a vida, o trabalho, a educação e a transformação da realidade.

Historicamente, as mulheres do campo estiveram presentes nos processos produtivos, comunitários e organizativos que sustentam a vida rural. Entretanto, suas experiências foram frequentemente invisibilizadas tanto pelas estruturas sociais quanto pelas narrativas históricas tradicionais. Durante muito tempo, o trabalho realizado pelas mulheres foi interpretado como extensão das atividades domésticas ou como auxílio às atividades masculinas, permanecendo à margem dos processos de reconhecimento político, econômico e social. Nesse contexto, os movimentos autônomos de mulheres rurais surgem como importantes espaços de organização coletiva, elaboração política e construção de identidades capazes de questionar essas desigualdades. É nesse processo histórico que se insere o Movimento de Mulheres Camponesas. Consolidado nacionalmente em 2004, o MMC é resultado de uma trajetória de organização construída por mulheres que, desde as décadas de 1980 e 1990, vinham desenvolvendo experiências de mobilização em diferentes regiões do país. Mais do que um movimento voltado à reivindicação de direitos específicos, o MMC passou a formular interpretações próprias acerca das relações de gênero, das condições de vida no campo, dos modelos de desenvolvimento e das possibilidades de construção de alternativas sociais orientadas pela defesa da vida.

Ao analisar os materiais produzidos pelo movimento, torna-se evidente que suas práticas organizativas e formativas não se limitam à atuação política institucional ou à mobilização social. Questões relacionadas ao cuidado, à saúde, à produção de alimentos, à preservação das sementes crioulas, à agroecologia, à formação política e à organização comunitária aparecem constantemente articuladas, revelando uma compreensão ampliada da transformação social. Tal característica permite estabelecer aproximações com debates latino-americanos que, nas últimas décadas, vêm questionando os limites dos modelos

hegemônicos de desenvolvimento e propondo outras formas de pensar as relações entre seres humanos, natureza e sociedade.

Entre essas contribuições, destaca-se o debate em torno do Bem Viver. Desenvolvido a partir de reflexões produzidas por povos indígenas, movimentos sociais e intelectuais latino-americanos, o Bem Viver constitui uma crítica às concepções de desenvolvimento centradas no crescimento econômico, na exploração intensiva da natureza e na mercantilização da vida. Em seu lugar, propõe horizontes baseados na valorização da coletividade, da reciprocidade, da diversidade de saberes e da defesa da vida em suas múltiplas dimensões. Embora o conceito não apareça de forma sistemática nos documentos produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas, diversas práticas e reflexões desenvolvidas pelo movimento apresentam importantes convergências com esses princípios. Da mesma forma, as discussões em torno das pedagogias do cuidado oferecem ferramentas analíticas relevantes para compreender as experiências construídas pelas mulheres camponesas. Ao reconhecer o cuidado como dimensão ética, política e educativa, essas perspectivas possibilitam interpretar práticas relacionadas à alimentação, à saúde, à preservação ambiental, à formação coletiva e à organização comunitária como elementos fundamentais para a sustentação da vida e para a construção de alternativas sociais.

Partindo dessas reflexões, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: **como as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas contribuem para a construção de formas coletivas de organização da vida, da educação e da resistência no campo?**

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, buscando compreender de que maneira essas **experiências** podem ser interpretadas à luz dos princípios associados ao Bem Viver e às pedagogias do cuidado. Como objetivos específicos, pretende-se discutir os referenciais teóricos relacionados ao Bem Viver, ao cuidado e às perspectivas decoloniais; contextualizar historicamente a trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas; e analisar materiais produzidos pelo próprio movimento, identificando concepções relacionadas ao cuidado, à agroecologia, à soberania alimentar, à formação política, à autonomia e à resistência.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. O estudo fundamenta-se na análise de documentos produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas, entre eles cartilhas, cadernos de formação, livros e materiais institucionais, articulados à produção acadêmica que discute o movimento, os feminismos

camponeses, a educação popular, a agroecologia e o Bem Viver. Parte-se do entendimento de que esses materiais não constituem apenas registros de práticas organizadoras, mas expressam formas de produção de conhecimento construídas coletivamente pelas próprias mulheres camponesas ao longo de suas trajetórias de luta e organização.

A relevância desta pesquisa está relacionada tanto à compreensão da trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas quanto à valorização de experiências históricas frequentemente marginalizadas pelas narrativas acadêmicas tradicionais. Ao analisar materiais produzidos pelas próprias mulheres camponesas, busca-se contribuir para o reconhecimento dos movimentos sociais como espaços de elaboração política, formação coletiva e produção de conhecimento. Além disso, o estudo pretende colaborar com os campos da História e da Educação ao evidenciar a importância de práticas educativas construídas para além dos espaços escolares formais, demonstrando como processos de formação, organização e resistência podem constituir experiências significativas de aprendizagem e transformação social.

Para atingir esses objetivos, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta os referenciais teóricos que orientam a pesquisa, discutindo o Bem Viver, as pedagogias do cuidado e as contribuições das perspectivas decoloniais. O segundo aborda a trajetória histórica do Movimento de Mulheres Camponesas, com destaque para a construção do Feminismo Camponês Popular e para a centralidade da formação política em sua atuação. Por fim, o terceiro capítulo analisa as práticas organizativas e formativas presentes nos materiais produzidos pelo movimento, buscando compreender de que maneira elas dialogam com princípios associados ao Bem Viver e à construção de alternativas orientadas pela defesa da vida.

1. BEM VIVER, PEDAGOGIAS DO CUIDADO E EPISTEMOLOGIAS LATINAS-AMERICANAS.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os referenciais teóricos que orientam esta pesquisa. Para compreender as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, torna-se necessário discutir conceitos que fundamentam a análise realizada ao longo do trabalho. Nesse sentido, serão abordadas as contribuições do Bem Viver como crítica aos modelos hegemônicos de desenvolvimento, as pedagogias do cuidado enquanto perspectiva ética e educativa voltada à

defesa da vida e, por fim, os debates acerca da decolonialidade e dos saberes situados, que possibilitam reconhecer movimentos sociais e sujeitos historicamente marginalizados como produtores de conhecimento.

1.1 O Bem Viver como crítica ao desenvolvimento

Nas últimas décadas, diferentes intelectuais latino-americanos passaram a questionar os limites do modelo moderno de desenvolvimento, especialmente diante do agravamento das desigualdades sociais, da intensificação da exploração dos recursos naturais e da crescente mercantilização da vida. Nesse contexto, emerge o conceito de Bem Viver como uma proposta crítica às concepções hegemônicas de progresso e desenvolvimento que marcaram a modernidade ocidental.

Longe de constituir um modelo único ou uma teoria acabada, o Bem Viver representa um horizonte ético, político e civilizatório construído a partir de experiências históricas e saberes produzidos por povos indígenas, comunidades camponesas e movimentos sociais latino-americanos. Conforme argumenta Alberto Acosta, trata-se de uma perspectiva que busca recolocar a vida no centro das relações sociais, deslocando a centralidade atribuída ao crescimento econômico e à acumulação de capital.

A crítica realizada pelos autores vinculados ao Bem Viver dirige-se especialmente à lógica desenvolvimentista que compreende a natureza como recurso a ser explorado e os seres humanos como agentes econômicos orientados prioritariamente pela produção e pelo consumo. Nessa perspectiva, a ideia de progresso aparece associada ao aumento permanente da produtividade, ao crescimento econômico e à expansão dos mercados.

Entretanto, pensadores como Alberto Acosta e Eduardo Gudynas argumentam que essa racionalidade produziu profundas contradições sociais e ambientais. A intensificação da exploração dos territórios, a concentração da riqueza, a destruição da biodiversidade e a subordinação dos modos de vida tradicionais aos interesses do mercado constituem algumas das consequências desse modelo. Como observa Acosta:

“O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da Humanidade, que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 24).

A crítica formulada pelo autor evidencia que o problema não reside apenas nos resultados produzidos pelo desenvolvimento, mas na própria lógica que o sustenta enquanto horizonte universal de progresso. O desenvolvimento é apresentado como um modelo único e desejável para todas as sociedades, ignorando as especificidades históricas, culturais e territoriais dos diferentes povos. Assim, o Bem Viver surge como alternativa que questiona não apenas determinadas políticas econômicas, mas os próprios fundamentos da noção moderna de desenvolvimento. Ao invés da competição, da acumulação e do individualismo, o Bem Viver valoriza relações de reciprocidade, solidariedade e interdependência entre seres humanos e natureza. A vida deixa de ser compreendida a partir de critérios exclusivamente econômicos e passa a ser pensada em sua complexidade, envolvendo dimensões sociais, culturais, comunitárias, ambientais e afetivas.

Essa perspectiva possui especial relevância para a presente pesquisa porque permite compreender experiências construídas por sujeitos historicamente marginalizados pelas narrativas hegemônicas. Ao reconhecer a legitimidade de saberes produzidos em espaços comunitários e territoriais, o Bem Viver oferece ferramentas analíticas importantes para interpretar práticas sociais que não se organizam prioritariamente em torno da lógica do lucro, mas da reprodução e sustentação da vida. Nessa direção, Acosta afirma que: “O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos” (ACOSTA, 2016, p. 50).

Tal reflexão permite compreender a importância de reconhecer experiências e saberes historicamente marginalizados. Mais do que objetos de estudo, esses sujeitos produzem conhecimentos, práticas e formas próprias de organização social que desafiam a racionalidade hegemônica do desenvolvimento. Essa compreensão é particularmente relevante para a presente pesquisa, pois possibilita analisar as experiências vivenciadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas como práticas que produzem conhecimentos, valores e formas de convivência distintas da lógica dominante, contribuindo para a construção de alternativas centradas na defesa da vida, dos territórios e das relações comunitárias.

Nesse sentido, mais do que um conceito teórico, o Bem Viver pode ser compreendido como uma lente interpretativa capaz de evidenciar alternativas concretas construídas no cotidiano por diferentes movimentos sociais latino-americanos. Entre essas experiências encontram-se as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, objeto central desta pesquisa.

1.2 Pedagogias do cuidado: educação, vínculo e transformação social

Ao discutir as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, torna-se necessário refletir sobre os sentidos atribuídos ao cuidado. Embora frequentemente associado ao espaço doméstico e às atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres, o cuidado ultrapassa a esfera privada e constitui uma dimensão fundamental para a sustentação da vida em sociedade. Cuidar envolve garantir condições materiais e simbólicas de existência, produzir vínculos, fortalecer comunidades e construir formas coletivas de enfrentar desafios cotidianos.

Historicamente, entretanto, as atividades relacionadas ao cuidado foram pouco valorizadas pelas estruturas econômicas e políticas dominantes. Ao mesmo tempo em que mulheres foram socialmente responsabilizadas pela manutenção da vida, tais práticas foram frequentemente invisibilizadas ou tratadas como tarefas naturais, destituídas de significado político. Esse processo contribuiu para ocultar a importância de ações cotidianas relacionadas à alimentação, à saúde, à educação, à preservação dos territórios e à construção de redes comunitárias de apoio.

Nas últimas décadas, diferentes perspectivas críticas passaram a questionar essa invisibilização, reconhecendo o cuidado como categoria ética, política e pedagógica. Tal movimento permitiu compreender que a sustentação da vida não depende apenas de instituições formais ou de estruturas econômicas, mas também de práticas coletivas produzidas nos espaços comunitários, familiares e territoriais. Nesse debate, a educação popular oferece importantes contribuições. Em Paulo Freire, a educação é compreendida como processo construído coletivamente, fundamentado no diálogo e na participação ativa dos sujeitos. Ao criticar os modelos tradicionais de ensino, baseados na transmissão unilateral do conhecimento, o autor propõe uma prática educativa comprometida com a emancipação humana e com a transformação da realidade social. Uma das formulações mais conhecidas de Freire expressa essa concepção ao afirmar que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2021). A afirmação sintetiza uma compreensão da educação que reconhece os sujeitos como produtores de conhecimento e valoriza as experiências concretas vividas em seus contextos sociais.

A atualidade dessas reflexões torna-se particularmente evidente diante das transformações produzidas pela racionalidade neoliberal nas últimas décadas. Ao discutir a relação entre subjetividade e educação libertadora, Fortuna (2021) argumenta que o neoliberalismo tende a produzir formas de individualização que enfraquecem experiências coletivas, transformando os sujeitos em responsáveis exclusivos por seus sucessos e fracassos. Em contraposição a essa lógica, o autor defende que a educação deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e atuar sobre ela. Nesse sentido, afirma que:

Trata-se, não de um mero exercício de investigação acadêmica, mas de construção de uma subjetividade investigativa e argumentativa, capaz de promover uma educação mais solidária e humanizadora (FORTUNA, 2021, p. 17).

Assim, a proposta freireana mantém sua relevância justamente por reafirmar o diálogo, a solidariedade e a construção coletiva do conhecimento como formas de resistência aos processos de mercantilização da vida e da educação.

Para além disso, as contribuições de bell hooks ampliam essa discussão ao enfatizar que a educação constitui uma prática de liberdade atravessada por dimensões éticas, afetivas e políticas. Para a autora, ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas criar condições para que diferentes sujeitos possam participar da produção do conhecimento e desenvolver uma compreensão crítica do mundo em que vivem, um espaço onde novas formas de pensar e agir podem ser construídas coletivamente. Ao valorizar a experiência, a escuta e o diálogo, hooks contribui para compreender que os processos educativos são também processos de cuidado. Não se trata de um cuidado paternalista ou assistencial, mas da construção de relações capazes de fortalecer a autonomia dos sujeitos e ampliar suas possibilidades de participação social e política.

Essa compreensão encontra importante espaço também nas reflexões de Leonardo Boff. Ao analisar a crise ambiental e civilizatória contemporânea, o autor defende que o cuidado deve ser entendido como princípio ético fundamental para a preservação da vida. Segundo Boff, "cuidar é mais que um ato; é uma atitude" (BOFF, 1999, p. 7), uma forma de relação com o mundo baseada na responsabilidade, na atenção e no reconhecimento da interdependência entre todos os seres. A perspectiva proposta por Boff amplia significativamente o alcance político do cuidado. Não se trata apenas de cuidar das pessoas, mas também dos territórios, das águas, das sementes, dos alimentos e das relações comunitárias que possibilitam a continuidade da vida. O cuidado deixa de ser compreendido como responsabilidade individual e passa a constituir uma prática coletiva orientada pela defesa da vida em suas múltiplas dimensões.

Essa compreensão encontra forte ressonância nos materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Ao longo das cartilhas, cadernos de formação e documentos políticos analisados nesta pesquisa, o cuidado aparece de forma recorrente como elemento estruturante das reflexões desenvolvidas pelo movimento. Sua presença constante revela que não se trata de um tema secundário, mas de uma categoria central para compreender a forma como o MMC interpreta a realidade e constrói suas propostas de transformação social. Longe de ser tratado como atributo natural das mulheres ou como responsabilidade restrita ao espaço doméstico, o cuidado é apresentado como dimensão política fundamental para a sustentação da vida, para a construção da autonomia e para a transformação das relações sociais.

Em uma de suas cartilhas, o MMC problematiza a associação histórica entre cuidado e feminilidade, afirmando:

O cuidado faz parte da natureza humana. É uma maneira de o próprio ser se estruturar e dar-se a conhecer. Todos somos cuidado, na verdade. Sem cuidado deixamos de ser humanos. O que precisamos nos perguntar é porque o cuidado foi atribuído à mulher? É um jeito sutil de revestir a exploração com uma roupagem de 'elogio' e, assim, sobrecarregar a mulher de atribuições (MMC, 2007, p. 06).

Ao questionar a naturalização do cuidado como responsabilidade feminina, o movimento evidencia que essa associação não é resultado de características inerentes às mulheres, mas de processos históricos e sociais que contribuíram para invisibilizar e desvalorizar atividades fundamentais para a reprodução da vida. No mesmo documento, o MMC aprofunda essa reflexão ao relacionar a crise do cuidado às transformações produzidas pela lógica capitalista. Segundo o movimento:

"O cuidado, que está profundamente relacionado com a identidade do ser humano, desaparece dentro de uma economia capitalista de mercado, onde o padrão de relação humana passa a ser mercantilizado, ou seja, as relações de cuidado passam a ser tratadas como se trata uma mercadoria: quem tem dinheiro compra e quem não tem, fica excluído do acesso. Só que neste caso, não é um objeto, é o cuidado com a vida, o outro ser humano, a natureza e sua biodiversidade que ficam reféns dos interesses do poder econômico" (MMC, 2007, p. 07).

A reflexão apresentada pelo movimento amplia o debate para além das relações de gênero. Ao associar o cuidado à própria condição humana e denunciar sua transformação em mercadoria, o MMC evidencia como a lógica capitalista afeta não apenas as formas de produção econômica, mas também as relações sociais, os vínculos comunitários e as condições necessárias para a reprodução da vida. Nessa perspectiva, defender o cuidado significa também defender formas de organização social que coloquem a vida acima dos interesses do mercado.

Essa formulação é particularmente relevante para esta pesquisa porque evidencia uma concepção de cuidado que assume caráter político. Ao questionar sua naturalização como obrigação feminina e ao relacioná-lo à defesa da vida, da natureza e das comunidades, o Movimento de Mulheres Camponesas produz uma compreensão potente e, em certa medida, subversiva do cuidado, transformando-o em elemento central de seus processos organizativos, formativos e de resistência.

Ao aproximar as contribuições de Freire, hooks, Boff, Fortuna e das próprias formulações produzidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, torna-se possível compreender as pedagogias do cuidado como práticas educativas que colocam a vida no centro dos processos formativos. Mais do que transmitir conhecimentos, essas pedagogias produzem pertencimento, fortalecem vínculos comunitários e contribuem para a construção de projetos coletivos comprometidos com a justiça social, a dignidade humana e a transformação da realidade.

1.3 Decolonialidade, saberes situados e resistência

A discussão sobre Bem Viver e pedagogias do cuidado conduz a uma reflexão mais ampla acerca da produção do conhecimento e das formas pelas quais determinados saberes são reconhecidos ou deslegitimados socialmente. Ao longo da modernidade, a ciência ocidental consolidou-se como principal referência para a validação do conhecimento, frequentemente apresentando suas interpretações como universais e neutras. Entretanto, diferentes autores latino-americanos têm questionado essa pretensão de universalidade, evidenciando que os processos de produção do conhecimento estão profundamente relacionados às relações históricas de poder.

Nesse contexto, os estudos decoloniais oferecem importantes contribuições para compreender como a colonialidade ultrapassa os limites do domínio político e econômico exercido durante o período colonial, permanecendo presente nas formas de pensar, produzir conhecimento e organizar a vida social. Para Aníbal Quijano, a colonialidade constitui uma das dimensões mais duradouras da modernidade, operando por meio da hierarquização de povos, culturas e saberes. Tal processo produziu a valorização de determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras, consideradas inferiores, atrasadas ou incapazes de produzir interpretações legítimas sobre a realidade.

A crítica decolonial não implica a rejeição da produção científica, mas questiona a ideia de que apenas determinados grupos sociais seriam capazes de produzir conhecimento válido. Sob essa perspectiva, diferentes experiências históricas passam a ser reconhecidas como espaços legítimos de elaboração de saberes, especialmente aquelas construídas por sujeitos historicamente marginalizados pelas estruturas de poder.

As reflexões de Catherine Walsh contribuem para aprofundar esse debate ao enfatizar a importância dos saberes produzidos nos territórios, nas comunidades e nos movimentos sociais. Para a autora, as experiências coletivas desenvolvidas por povos indígenas, comunidades afrodescendentes, organizações populares e movimentos sociais não constituem apenas formas de resistência política, mas também processos de produção de conhecimento capazes de questionar as epistemologias dominantes. Ao discutir as chamadas pedagogias decoloniais, Walsh chama atenção para a necessidade de construir práticas educativas comprometidas com a valorização das experiências históricas dos sujeitos e com a superação das formas de silenciamento produzidas pela colonialidade. Como afirma a autora:

Las luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción (WALSH, 2013, p. 29).

A reflexão proposta por Walsh permite compreender que os processos educativos não se restringem aos espaços formais de ensino. O conhecimento também é produzido nas lutas sociais, nos territórios e nas práticas coletivas de organização, onde sujeitos historicamente marginalizados constroem formas próprias de interpretar e transformar a realidade. Essa discussão aproxima-se da noção de saberes situados, compreendidos como conhecimentos produzidos a partir de experiências concretas, contextos históricos específicos e relações particulares com o território. Diferentemente das perspectivas que buscam explicações universais e abstratas, os saberes situados reconhecem que toda produção de conhecimento está vinculada a determinados lugares, trajetórias e experiências sociais.

No contexto latino-americano, essa reflexão assume especial relevância diante da longa história de invisibilização dos conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e mulheres. Durante séculos, tais grupos foram frequentemente representados apenas como objetos de estudo, raramente sendo reconhecidos como sujeitos capazes de interpretar e produzir conhecimento sobre suas próprias realidades. É justamente nesse ponto que os movimentos sociais adquirem importância para esta pesquisa. Mais do que organizações voltadas à reivindicação de direitos, eles constituem espaços de elaboração de diagnósticos sobre a realidade, formulação de propostas políticas e construção de práticas educativas. Como destacam autores como Maria da Glória Gohn e Breno Bringel, os movimentos sociais contemporâneos produzem conhecimentos, identidades e formas de ação coletiva que influenciam profundamente a vida social.

Sob essa perspectiva, os materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas não serão compreendidos apenas como fontes documentais destinadas a registrar determinadas práticas históricas. Eles serão analisados também como expressões de uma produção coletiva de conhecimento construída a partir das experiências de mulheres camponesas em seus territórios, organizações e processos formativos.

Essa compreensão possui implicações importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes produzidos pelo movimento, torna-se possível compreender suas cartilhas, manifestos, cadernos de formação e materiais educativos não apenas como documentos institucionais, mas como registros de reflexões elaboradas a partir de experiências concretas de organização, trabalho, cuidado e resistência. Dessa forma, a perspectiva decolonial adotada neste estudo não busca apenas ampliar o conjunto de fontes analisadas, mas contribuir para o reconhecimento de sujeitos historicamente silenciados como produtores legítimos de conhecimento. Tal posicionamento mostra-se particularmente relevante para a análise do Movimento de Mulheres Camponesas, uma vez que suas práticas constituem experiências que articulam educação, território, cuidado, produção da vida e transformação social.

Ao dialogar com o Bem Viver e com as pedagogias do cuidado, os estudos decoloniais permitem compreender que as alternativas construídas por mulheres camponesas não se restringem ao campo da resistência política. Elas também expressam modos de conhecer, interpretar e transformar a realidade, produzindo saberes que desafiam as lógicas hegemônicas e afirmam outras possibilidades de existência coletiva.

2. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: TRAJETÓRIA, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Para compreender as práticas organizativas e formativas analisadas nesta pesquisa, torna-se necessário situar historicamente o sujeito coletivo que as produz. Embora o objetivo deste trabalho não seja realizar uma história institucional do Movimento de Mulheres Camponesas, a análise de suas concepções e práticas exige compreender os processos históricos que possibilitaram sua constituição, bem como os referenciais políticos construídos ao longo de sua trajetória.

A emergência do MMC está relacionada às transformações vivenciadas no campo brasileiro durante as últimas décadas do século XX, especialmente aos processos de redemocratização, reorganização dos movimentos sociais e fortalecimento das lutas protagonizadas por mulheres rurais. Nesse contexto, experiências de organização coletiva, formação política e reivindicação de direitos contribuíram para a construção de uma identidade política própria das mulheres camponesas, articulada às disputas em torno da terra, da produção de alimentos, da autonomia das mulheres e da permanência dos povos do campo em seus territórios.

Mais do que contextualizar historicamente o movimento, este capítulo busca evidenciar como sua trajetória esteve acompanhada da elaboração de concepções próprias acerca da formação política, da organização social e da transformação da realidade. Nesse processo, destacam-se a construção do Feminismo Camponês Popular e a centralidade atribuída à educação e à formação como instrumentos fundamentais de luta, elementos que constituem importantes chaves interpretativas para compreender as práticas analisadas no capítulo seguinte.

2.1 Mulheres rurais e organização política no contexto da redemocratização brasileira

A emergência do Movimento de Mulheres Camponesas não pode ser compreendida de forma isolada. Sua constituição está diretamente relacionada às transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram o Brasil nas últimas décadas do século XX, especialmente durante o processo de redemocratização e reorganização dos movimentos

sociais após o período da ditadura civil-militar.

A partir do final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, diferentes setores da sociedade brasileira passaram a construir espaços de mobilização coletiva em defesa da ampliação dos direitos sociais e da participação política. Nesse contexto, sindicatos, associações comunitárias, pastorais, organizações populares e movimentos sociais assumiram papel fundamental na construção de novas formas de organização coletiva. Conforme observam Gohn e Bringel (2012), os movimentos sociais desempenharam papel central na ampliação da participação política e na constituição de sujeitos coletivos capazes de formular demandas e projetos próprios de transformação social.

No meio rural, tais transformações ocorreram em um cenário marcado por profundas desigualdades fundiárias, concentração de terras e intensificação da modernização agrícola. A expansão do modelo agroindustrial produziu impactos significativos sobre as condições de vida das populações camponesas, alterando formas tradicionais de trabalho, organização comunitária e relação com o território. Embora as mulheres sempre tenham participado das atividades produtivas e da reprodução da vida nas unidades familiares rurais, sua atuação frequentemente permaneceu invisibilizada. O trabalho desenvolvido por agricultoras era muitas vezes compreendido como mera extensão das responsabilidades domésticas, sem reconhecimento econômico, político ou social.

Foi nesse contexto que grupos de mulheres passaram a construir espaços próprios de organização em diferentes regiões do país. Inicialmente, suas reivindicações concentravam-se em pautas relacionadas ao reconhecimento profissional das trabalhadoras rurais, ao acesso à documentação civil, à previdência social, à saúde e à participação nos espaços de decisão. Contudo, à medida que esses grupos ampliavam seus processos de articulação, novas questões passaram a integrar suas reflexões, especialmente aquelas relacionadas às desigualdades de gênero presentes tanto na sociedade quanto nos próprios movimentos do campo.

Entre as experiências que contribuíram para a formação do Movimento de Mulheres Camponesas destacam-se as organizações de mulheres agricultoras construídas na região Sul do Brasil, particularmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conforme apontam estudos desenvolvidos, essas experiências desempenharam papel fundamental na construção de uma identidade política própria das mulheres camponesas, articulando reivindicações relacionadas aos direitos sociais, à valorização do trabalho feminino e à transformação das relações de poder existentes no meio rural.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, diferentes organizações regionais passaram a

estabelecer formas mais amplas de articulação, promovendo encontros, seminários, assembleias e processos permanentes de formação política. Esses espaços possibilitam a troca de experiências entre mulheres de diferentes territórios e contribuíram para a construção de diagnósticos compartilhados acerca das condições de vida no campo. Gradualmente, as pautas inicialmente centradas em direitos específicos passaram a dialogar com questões mais amplas relacionadas ao modelo agrícola, à soberania alimentar, à preservação ambiental e à autonomia das mulheres.

Esse processo culminou na constituição nacional do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004. Conforme registrado no próprio Texto Base do MMC (2007), a criação do movimento representou a consolidação de uma trajetória construída coletivamente por mulheres que já vinham organizando experiências de luta e formação em diferentes estados brasileiros. A constituição nacional não significou o abandono das especificidades regionais, mas a construção de uma articulação capaz de fortalecer politicamente reivindicações compartilhadas e ampliar a capacidade de atuação das mulheres camponesas em escala nacional.

A escolha da identidade "mulher camponesa" constitui um dos elementos mais significativos desse processo. Mais do que uma definição ocupacional, a categoria expressa uma posição política construída pelo movimento. Ao adotar essa denominação, o MMC passou a reunir agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, posseiras, meeiras, arrendatárias, pescadoras, e outras mulheres cuja existência está vinculada ao trabalho, ao território e à produção de alimentos. Trata-se de uma identidade coletiva que busca valorizar modos de vida frequentemente marginalizados pelos processos de modernização agrícola e pelas lógicas dominantes de desenvolvimento.

Nesse sentido, a formação do Movimento de Mulheres Camponesas deve ser compreendida como resultado de um processo histórico que articula organização popular, construção de identidades coletivas e ampliação da participação política das mulheres do campo. Sua trajetória está vinculada às lutas por reconhecimento, direitos e autonomia, mas também à construção de formas próprias de interpretar a realidade e elaborar projetos alternativos para o campo brasileiro. Mais do que um movimento voltado à reivindicação de demandas específicas, o MMC consolidou-se como espaço de organização coletiva capaz de produzir novas leituras sobre o trabalho, o território, a participação política e a vida no campo e nas relações sociais e econômicas.

2.2 Feminismo Camponês Popular

A construção do Feminismo Camponês Popular constitui um dos elementos centrais para compreender a trajetória política do Movimento de Mulheres Camponesas. Mais do que uma pauta específica entre outras reivindicações do movimento, ele representa a perspectiva a partir da qual as mulheres camponesas interpretam sua realidade, organizam suas lutas e constroem projetos de transformação social.

Sua formulação emerge da própria experiência histórica das mulheres do campo. Ao longo de sua trajetória organizativa, as camponesas identificaram que as desigualdades vivenciadas em seu cotidiano não poderiam ser explicadas apenas pelas relações de gênero. As formas de opressão enfrentadas pelas mulheres estavam profundamente articuladas às desigualdades de classe, à concentração da terra, à exploração do trabalho, à expansão do agronegócio e à desvalorização dos modos de vida camponeses. Nesse contexto, tornou-se necessário construir uma interpretação capaz de compreender essas diferentes dimensões de maneira articulada. Conforme destacam Santos e Zimmermann (2019), a trajetória organizativa das mulheres rurais consolidou uma luta estruturada em dois eixos fundamentais: gênero e classe. Segundo as autoras:

O acúmulo reunido pelas mulheres rurais nos movimentos mistos e no MMC reafirmou sua luta em dois eixos: Gênero e Classe. Gênero porque os movimentos autônomos de mulheres rurais são constituídos, pensados, organizados e concretizados por mulheres rurais para mulheres rurais; e Classista porque em conjunto ao enfrentamento do patriarcado também há o enfrentamento ao capitalismo desenfreado, sistema esse que sustenta o machismo e o faz perpetuá-lo (SANTOS; ZIMMERMANN, 2019, p. 281).

A compreensão de que patriarcado e capitalismo atuam de forma articulada tornou-se um dos fundamentos políticos do movimento. A emancipação das mulheres não é entendida apenas como ampliação de direitos individuais ou ocupação de espaços de poder, mas como parte de um processo mais amplo de transformação das relações sociais que produzem desigualdades e formas de exploração. Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular diferencia-se de concepções que restringem a luta feminista às relações entre homens e mulheres. Para o MMC, a condição das mulheres camponesas está vinculada também às disputas em torno da terra, da produção de alimentos, da preservação dos territórios e da defesa dos modos de vida construídos historicamente pelas populações do campo. Trata-se de uma formulação política que articula a luta das mulheres à defesa da agricultura camponesa, da soberania alimentar e da construção de alternativas ao modelo capitalista de

desenvolvimento.

A própria construção da categoria Feminismo Camponês Popular expressa essa especificidade. Conforme discutido pelo movimento, a adoção do termo busca evidenciar que o feminismo construído pelas camponesas está profundamente vinculado às experiências dos povos do campo, às lutas populares e à defesa da agricultura camponesa. O próprio MMC destaca que, inicialmente, não havia uma preocupação em nomear o feminismo que construíam, pois havia clareza de que as lutas protagonizadas pelas mulheres camponesas já possuíam caráter feminista. Contudo, diante da diversidade de correntes feministas existentes, tornou-se necessário explicitar as particularidades dessa experiência. Nesse sentido, na coletânea *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*, ao discutirem a construção política das mulheres camponesas, **Calaça et al. (2018, p. 77)** destacam que "a campesinidade e a ligação com a luta dos povos e a luta popular são elementos fundamentais nessa construção".

O MMC reconhece como parte constitutiva do Feminismo Camponês Popular as experiências históricas de resistência protagonizadas por mulheres indígenas, negras, trabalhadoras rurais e camponesas. Ao fazê-lo, o movimento constrói uma interpretação da história que valoriza sujeitos frequentemente invisibilizados pelas narrativas tradicionais e reivindica seus conhecimentos, práticas e formas de organização como elementos fundamentais na construção de alternativas sociais. Nesse sentido, a defesa da agricultura camponesa, da agroecologia, dos saberes ancestrais e dos territórios aproxima-se tanto das perspectivas decoloniais quanto dos princípios do Bem Viver, ao afirmar a pluralidade de experiências históricas e a centralidade da vida frente às lógicas de exploração econômica.

Essa perspectiva também permite compreender uma importante contribuição política e teórica do movimento para os debates sobre campesinato. Conforme destacado pelo próprio MMC, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa e Agroecológica busca ressignificar a compreensão de campesinato ao incorporar uma perspectiva feminista capaz de problematizar as relações patriarcais presentes nas famílias, comunidades e organizações do campo. Ao reconhecer a invisibilização do trabalho das mulheres, a sobrecarga decorrente da divisão sexual do trabalho e as múltiplas formas de violência vivenciadas pelas camponesas, o movimento reivindica a construção de relações mais igualitárias como parte inseparável da transformação social. Sendo assim, a agroecologia, a preservação das sementes crioulas, a soberania alimentar e a defesa dos territórios não aparecem como pautas paralelas à luta feminista. Pelo contrário, constituem dimensões fundamentais do próprio projeto político defendido pelo movimento. No capítulo *Mulheres camponesas na luta por segurança social:*

saúde, previdência e assistência social, ainda da coletânea *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*, **Cordeiro (2018, p. 198)** afirma que:

O Feminismo das mulheres camponesas propõe a construção de um projeto de vida a partir do campo e de transformação da sociedade, na construção de novas relações, no cuidado e na preservação das sementes. É um feminismo relacionado com a vida das mulheres do campo, com a produção, com a reprodução da vida como um todo.

A centralidade atribuída ao cuidado também deve ser compreendida a partir dessa perspectiva. O Feminismo Camponês Popular propõe sua ressignificação como prática coletiva voltada à sustentação da vida. Cuidar envolve preservar sementes, proteger territórios, produzir alimentos saudáveis, fortalecer comunidades e construir relações sociais menos marcadas pela exploração e pela violência. O Feminismo Camponês Popular não se limita, portanto, à denúncia das desigualdades enfrentadas pelas mulheres do campo. Ele também expressa um projeto de transformação social comprometido com a construção de novas relações econômicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, o MMC afirma que:

Para nós do MMC o Feminismo Camponês e Popular é respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica, mas é também transformação, pois busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista (MMC, 2018, p. 11).

Essa compreensão aproxima-se de diversos princípios discutidos anteriormente a partir do Bem Viver. Em ambos os casos, observa-se uma crítica aos modelos de desenvolvimento orientados pela acumulação econômica e pela mercantilização da vida. Ao colocar a produção da vida no centro da ação política, o Feminismo Camponês Popular constrói um horizonte que articula igualdade de gênero, justiça social, defesa da natureza e valorização dos saberes produzidos pelas populações do campo. Dessa forma, o Feminismo Camponês Popular não pode ser compreendido apenas como uma identidade política assumida pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Trata-se de uma elaboração teórica e prática construída a partir das experiências históricas das mulheres do campo, que orienta suas formas de organização, seus processos formativos e suas propostas de transformação social. É a partir dessa perspectiva que se articulam temas como cuidado, agroecologia, soberania alimentar, autonomia e resistência, constituindo o eixo político que sustenta as práticas analisadas no capítulo seguinte.

2.3 Formação política e educação popular no Movimento de Mulheres Camponesas

A formação política ocupa posição central na trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas. Mais do que uma atividade complementar às mobilizações sociais, ela constitui um dos principais eixos estruturantes da organização, atravessando suas formas de atuação, seus processos internos e sua própria compreensão acerca da transformação social. Nesse sentido, compreender o MMC implica também compreender os processos educativos construídos pelo movimento ao longo de sua história.

Desde suas origens, a organização das mulheres camponesas esteve acompanhada da criação de espaços permanentes de estudo, reflexão e troca de experiências. Encontros regionais, assembleias, seminários, cursos de formação, jornadas de estudo e intercâmbios passaram a desempenhar papel fundamental na consolidação do movimento, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a elaboração de leituras críticas acerca da realidade vivida pelas mulheres do campo. Tal característica aproxima-se das tradições da educação popular latino-americana, especialmente das contribuições desenvolvidas por Paulo Freire. Entretanto, mais do que reproduzir referenciais teóricos já consolidados, o MMC construiu práticas formativas próprias, profundamente vinculadas às experiências cotidianas das mulheres camponesas.

Os processos educativos desenvolvidos pelo movimento partem da realidade concreta das participantes e buscam articular reflexão crítica e ação coletiva, valorizando conhecimentos produzidos no trabalho agrícola, na organização comunitária, na preservação das sementes crioulas e na defesa dos territórios. Nessa perspectiva, a educação não é compreendida como simples transmissão de conteúdos, mas como um processo permanente de construção coletiva do conhecimento. Conforme destacam Cinelli, Freitas e Damasceno (2018):

(...) para o Movimento de Mulheres Camponesas, a educação se dá através de troca de experiências entre as pessoas, a transformação do sujeito social acontece a partir da educação cotidiana. A educação popular é essencial na organização produtiva e política das camponesas, desta forma se cria a consciência crítica, emancipatória e libertadora (CINELLI; FREITAS; DAMASCENO, 2018, p. 217).

A compreensão da educação como prática cotidiana reforça o caráter coletivo dos processos formativos desenvolvidos pelo movimento. O conhecimento é produzido a partir das experiências concretas das mulheres, articulando saberes populares, conhecimentos

técnicos e reflexão política. Dessa forma, a formação política contribui para fortalecer a autonomia das mulheres camponesas e ampliar sua participação nos processos de organização social e luta coletiva.

Ao analisar os documentos produzidos pelo movimento, observa-se que a formação política é compreendida de maneira ampla. Ela não se restringe à preparação de lideranças ou à discussão de pautas organizativas, mas envolve a construção de uma leitura crítica sobre as relações de gênero, os modelos de desenvolvimento, a produção de alimentos, a preservação da biodiversidade e as condições de vida das populações camponesas. Conforme evidenciam o Texto Base do MMC (2007) e os materiais formativos produzidos ao longo de sua trajetória, formar significa desenvolver a capacidade de compreender a realidade para transformá-la coletivamente. Nesse sentido, as autoras afirmam que:

O processo de formação para o MMC se dá em todos os espaços, que podem ser de salas de reuniões ou mesmo de aula, mas também que acontece fortemente nas lutas, a formação no MMC é processo de compreensão da realidade e forma de intervir nela. É conhecer para transformar e, nesse sentido, a formação será pensada em todos os níveis da organização camponesa, seja na produção, seja nas relações sociais, no campo da formação política ou técnica (CINELLI; FREITAS; DAMASCENO, 2018, p. 216).

Essa compreensão evidencia que a formação política desenvolvida pelo movimento ultrapassa os espaços formais de ensino e está presente nas práticas cotidianas de organização, mobilização e luta coletiva das mulheres camponesas. A formação acontece nos cursos e seminários, mas também nas experiências de produção, nos encontros comunitários, nas mobilizações e nos processos organizativos construídos pelas próprias mulheres. E, essa perspectiva torna-se particularmente evidente nas cartilhas e cadernos de formação elaborados pelo movimento. Documentos como *Feminismo Camponês Popular* (2018), *Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira* (2011), *Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres Camponesas* e *Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida*, demonstram que a formação política proposta pelo MMC está diretamente relacionada às condições concretas de existência das mulheres do campo. Nesses materiais, temas como alimentação, saúde, produção agrícola, preservação das sementes crioulas, violência contra as mulheres e organização comunitária aparecem articulados a reflexões mais amplas sobre justiça social, autonomia e transformação da realidade.

Nesse sentido, a formação política desenvolvida pelo movimento não pode ser dissociada de seu projeto de sociedade. Conforme os próprios documentos do MMC, a produção de espaços educativos constitui uma estratégia fundamental para a construção do

Feminismo Camponês Popular e para o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos. A formação aparece como instrumento de conscientização, mas também como prática de organização e mobilização coletiva.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização dos saberes produzidos pelas próprias mulheres camponesas. Em consonância com as discussões apresentadas anteriormente acerca dos saberes situados, os processos formativos desenvolvidos pelo MMC reconhecem que o conhecimento não é produzido exclusivamente em instituições acadêmicas ou espaços formais de ensino. As experiências relacionadas ao cultivo da terra, à preservação das sementes, à produção de alimentos, ao cuidado com a comunidade e à organização coletiva são compreendidas como fontes legítimas de conhecimento.

Essa valorização das experiências concretas permite compreender por que os materiais produzidos pelo movimento ocupam papel tão importante em sua trajetória. As cartilhas e documentos não funcionam apenas como instrumentos de divulgação de informações. Eles constituem registros de reflexões coletivas produzidas a partir das experiências históricas das próprias mulheres camponesas, articulando conhecimentos técnicos, saberes populares e posicionamentos políticos.

Além disso, a formação política desempenha função estratégica na articulação entre diferentes pautas defendidas pelo movimento. Questões como agroecologia, soberania alimentar, preservação ambiental, saúde popular e enfrentamento da violência contra as mulheres não aparecem como temas isolados. Elas são apresentadas como dimensões interligadas de um mesmo projeto político voltado à defesa da vida e à construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento.

Dessa forma, a formação política desenvolvida pelo Movimento de Mulheres Camponesas ultrapassa a compreensão tradicional da educação como transmissão de conteúdos. Ela constitui uma prática social que articula conhecimento, organização e ação coletiva, contribuindo para a construção de sujeitos políticos capazes de interpretar criticamente sua realidade e atuar na transformação das condições que produzem desigualdades e formas de opressão.

Compreender essa centralidade da formação é fundamental para os objetivos desta pesquisa. Afinal, é justamente nos materiais formativos produzidos pelo movimento que se encontram muitas das concepções de cuidado, agroecologia, soberania alimentar, território e organização coletiva que serão analisadas no capítulo seguinte. Nesse sentido, os processos educativos construídos pelo MMC não representam apenas uma dimensão de sua trajetória histórica, mas constituem uma das principais expressões de seu projeto político e de sua

proposta de transformação social.

3. AS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E FORMATIVAS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS À LUZ DO BEM VIVER

Após a discussão dos referenciais teóricos que fundamentam esta pesquisa e da contextualização histórica do Movimento de Mulheres Camponesas, este capítulo dedica-se à análise das práticas organizativas e formativas identificadas nos documentos produzidos pelo próprio movimento. Mais do que descrever ações, projetos ou reivindicações, busca-se compreender os sentidos atribuídos pelo MMC às suas formas de organização, formação política e atuação social, investigando de que maneira essas experiências dialogam com princípios associados ao Bem Viver.

A análise realizada tem como base cartilhas, livros, cadernos de formação e documentos institucionais produzidos pelo movimento ao longo de sua trajetória. A leitura desse conjunto documental permitiu identificar temas recorrentes que atravessam as reflexões e práticas construídas pelas mulheres camponesas, entre eles o cuidado com a vida, a defesa da agroecologia, a soberania alimentar, a formação política, a valorização dos saberes populares, a autonomia das mulheres e a defesa dos territórios. Embora tais elementos não apareçam necessariamente organizados sob a categoria de Bem Viver, revelam aproximações significativas com debates latino-americanos que questionam modelos de desenvolvimento baseados na exploração da natureza, na mercantilização da vida e na intensificação das desigualdades sociais.

Assim, o presente capítulo procura evidenciar como as práticas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas constituem não apenas estratégias de resistência frente às diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres do campo, mas também experiências concretas de construção de alternativas sociais, educativas e políticas. Ao analisar essas experiências, busca-se compreender de que maneira elas contribuem para a produção de outros modos de viver, educar, produzir e organizar a vida coletiva, permitindo estabelecer diálogos com os princípios do Bem Viver discutidos ao longo desta pesquisa.

3.1 Cuidado e reprodução da vida

Ao analisar os materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas,

observa-se que a defesa da vida constitui um dos eixos estruturantes de sua atuação política e formativa. Essa preocupação aparece de maneira recorrente em documentos institucionais, cartilhas, materiais de formação e produções do movimento. Mais do que uma pauta específica, a vida é apresentada como horizonte político capaz de articular questões relacionadas à saúde, alimentação, autonomia, território, produção agrícola e organização coletiva.

Tal compreensão está expressa na própria missão do movimento, que define como objetivo a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer forma de opressão e discriminação por meio da organização, da formação e da construção de experiências de resistência popular, orientadas por novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza. Desde sua formulação, portanto, o MMC apresenta uma compreensão da transformação social que ultrapassa reivindicações econômicas ou institucionais, incorporando dimensões humanas, comunitárias e ambientais.

Ao longo dos documentos analisados, percebe-se que o cuidado assume um significado coletivo e político. Cuidar envolve garantir condições de existência para as pessoas, para as comunidades e para os territórios. Nessa perspectiva, a produção de alimentos saudáveis, a preservação das sementes crioulas, o acesso à saúde, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a permanência das famílias no campo constituem práticas de cuidado que passam a integrar estratégias de resistência e transformação social. Essa compreensão pode ser observada de maneira particularmente significativa na obra *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*, organizada por lideranças e pesquisadoras vinculadas ao movimento. Já no próprio título da obra, saúde, autonomia e agroecologia aparecem profundamente articuladas, indicando uma concepção segundo a qual o cuidado com a vida depende das formas de produção, das relações sociais estabelecidas nos territórios e da capacidade de organização das mulheres.

A centralidade atribuída à saúde merece atenção especial. Diferentemente de abordagens restritas ao acesso a serviços médicos, os materiais analisados compreendem a saúde como resultado das condições concretas de vida das populações camponesas. Alimentação saudável, preservação ambiental, acesso à terra, autonomia econômica e fortalecimento comunitário aparecem constantemente associados à produção de saúde. Essa perspectiva aproxima-se de concepções ampliadas que compreendem saúde não apenas como ausência de doença, mas como possibilidade de viver com dignidade e autonomia. Conforme destacado em cartilha produzida pelo movimento:

Para que tudo isso realmente aconteça na prática, o movimento realiza as ações educativas na área da promoção à saúde da mulher e da família camponesa, articulando a construção do ser humano integral; a agroecologia, as plantas medicinais; a alimentação saudável; o uso de terapias complementares na atenção à saúde e a luta para a garantia de acesso do povo ao direito de ter atenção integral à saúde pública, através do SUS" (MMC, 2008, p. 44).

Ao mesmo tempo, os documentos do MMC evidenciam que a defesa da vida não pode ser dissociada da valorização dos conhecimentos produzidos historicamente pelas mulheres camponesas. Os saberes relacionados ao cultivo de alimentos, ao manejo das sementes, ao uso de plantas medicinais e às formas comunitárias de organização são apresentados como patrimônios coletivos construídos ao longo de gerações. Tal reconhecimento desafia perspectivas que hierarquizam conhecimentos acadêmicos e populares, reafirmando a legitimidade das experiências produzidas nos territórios camponeses.

Nesse aspecto, observa-se uma importante aproximação com as discussões desenvolvidas por Catherine Walsh acerca dos saberes situados e das pedagogias decoloniais. Assim como propõem essas perspectivas, os materiais produzidos pelo MMC reconhecem que o conhecimento é construído em diferentes espaços sociais e que as experiências historicamente marginalizadas possuem potencial para produzir interpretações críticas da realidade. A valorização dos saberes das mulheres camponesas constitui, portanto, não apenas uma estratégia educativa, mas também uma forma de resistência frente aos processos de invisibilização e subordinação historicamente impostos às populações do campo.

Outro elemento que merece destaque refere-se à ampliação progressiva das pautas incorporadas pelo movimento. Embora sua trajetória esteja profundamente vinculada às lutas das mulheres camponesas por saúde, terra, produção e autonomia, os materiais produzidos pelo MMC demonstram preocupação crescente com diferentes formas de opressão presentes na sociedade. Questões relacionadas à violência contra as mulheres, ao racismo, à diversidade sexual e às desigualdades sociais passam a integrar os processos formativos desenvolvidos pelo movimento por meio de cartilhas, campanhas educativas, encontros, produções culturais, músicas, poesias e materiais de formação. A própria produção de materiais específicos sobre gênero, sexualidade e direitos das mulheres evidencia o esforço do movimento em construir espaços de reflexão crítica acerca das múltiplas formas de discriminação vivenciadas pelas mulheres. Nesse sentido, o cuidado assume uma dimensão ampliada, envolvendo não apenas a promoção da saúde e da autonomia econômica, mas também o enfrentamento das estruturas sociais que produzem violência, exclusão e silenciamento.

As experiências desenvolvidas pelas mulheres camponesas também demonstram que o cuidado assume uma dimensão coletiva e territorial. Conforme apontam os materiais analisados:

As práticas de cuidado em saúde que as mulheres camponesas desenvolvem articulam as ações cotidianas de produção de alimentos saudáveis, a agroecologia, os quintais produtivos e as agroflorestas, a recuperação de sementes e mudas crioulas, o fortalecimento e uso de plantas medicinais, condimentares e aromáticas, as práticas populares e integrativas de cuidado [...] e os processos de formação das mulheres na perspectiva libertadora, feminista, camponesa e popular (PULGA, 2018, p. 31).

A citação evidencia que o cuidado, para o movimento, não se limita ao tratamento de doenças, mas envolve um conjunto de práticas relacionadas à produção da vida, à preservação da biodiversidade, à autonomia das mulheres e ao fortalecimento das comunidades. A dimensão coletiva do cuidado também aparece associada à valorização dos conhecimentos ancestrais e das formas comunitárias de resistência construídas historicamente pelas mulheres camponesas. Essa compreensão pode ser observada na seguinte passagem, na qual o cuidado aparece articulado à solidariedade, à preservação dos saberes tradicionais, à produção de alimentos e à construção coletiva de processos de resistência: "colocamos em prática o direito aos nossos saberes ancestrais, recuperando o uso de plantas medicinais, a solidariedade como uma onda popular junto às mulheres das cidades. Plantamos nossas sementes, intercambiamos quando já não tínhamos nada, nos cuidamos como comunidade. Porque viemos dessa experiência de: plantar lutas e resistências para colher direitos" (LA VÍA CAMPESINA, 2022).

Mais uma vez, se torna evidente que o cuidado se concretiza através da solidariedade, da troca de saberes, da preservação das sementes, da organização comunitária e da construção coletiva de estratégias de resistência. Mais do que garantir a sobrevivência material, essas práticas fortalecem vínculos sociais e produzem formas compartilhadas de enfrentar as desigualdades presentes no campo e na sociedade.

Ao analisar essas experiências à luz do conceito de Bem Viver, não se pretende afirmar uma identidade direta entre os referenciais teóricos latino-americanos e a proposta política construída pelo Movimento de Mulheres Camponesas. Entretanto, é possível identificar importantes convergências. Em ambos os casos, observa-se a valorização da vida como princípio organizador da ação coletiva, a defesa das relações comunitárias, a crítica aos modelos de desenvolvimento baseados na exploração da natureza e a busca por formas mais justas e sustentáveis de organização social. Essa aproximação torna-se particularmente

evidente quando o próprio movimento problematiza os impactos da mercantilização da vida e do enfraquecimento dos conhecimentos tradicionais. Conforme destacam as mulheres camponesas:

Com essa ilusão de comprar tudo, a gente está perdendo o conhecimento de reproduzir as sementes crioulas, de utilizar as plantas medicinais, o jeito de criar animais e produzir a diversidade de alimentos... E o pior, vamos perdendo a sabedoria de nossos antepassados de entender a natureza: os ciclos da lua, os períodos de descanso da terra, a rotação de culturas, entre outros segredos e a sabedoria popular de cuidar da vida como um todo (MMC, 2007, p. 18).

A reflexão apresentada pelo movimento aproxima-se dos princípios do Bem Viver ao defender a preservação dos saberes ancestrais, das relações de reciprocidade e das formas comunitárias de produção e cuidado. Dessa forma, o cuidado, tal como aparece nas práticas organizativas e formativas do MMC, constitui uma prática política orientada pela defesa da vida em sentido amplo, articulando saúde, alimentação, memória, território, organização coletiva, justiça social e valorização dos conhecimentos produzidos historicamente pelas populações do campo.

3.2 Agroecologia e soberania alimentar: disputas sobre produção, território e vida

A agroecologia ocupa lugar central na elaboração política do Movimento de Mulheres Camponesas. Entretanto, a análise dos materiais produzidos pelo movimento demonstra que ela não é compreendida apenas como um conjunto de técnicas agrícolas ou como uma alternativa produtiva voltada à redução dos impactos ambientais. Nos documentos analisados, a agroecologia aparece articulada a questões relacionadas à autonomia das mulheres, à soberania alimentar, à preservação da biodiversidade e à construção de formas alternativas de organização da vida no campo.

Essa perspectiva pode ser observada já nos materiais institucionais do movimento. Ao apresentar sua missão política, o MMC sintetiza sua atuação em três eixos fundamentais: “organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação” (MC, 2007). A formulação é significativa porque revela que a produção de alimentos não é entendida apenas como atividade econômica. Ela aparece vinculada diretamente aos processos de organização social e aos projetos de transformação defendidos pelo movimento. A agroecologia é apresentada como parte de uma disputa mais ampla acerca dos rumos da

agricultura brasileira. Os documentos produzidos pelo MMC estabelecem uma crítica recorrente ao modelo agrícola baseado na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos, na concentração da terra e na subordinação da produção de alimentos às demandas do mercado. A oposição entre agricultura camponesa e agronegócio constitui um dos elementos estruturantes dessa reflexão.

Essa disputa não se restringe às formas de cultivo. O que está em questão são diferentes concepções sobre a relação entre sociedade, natureza e produção. Enquanto o agronegócio aparece associado à lógica da mercantilização da terra, das sementes e dos alimentos, mas também à desvalorização dos conhecimentos tradicionais e dos saberes ancestrais construídos historicamente pelas populações camponesas, a agricultura camponesa é apresentada como espaço de produção da vida, preservação da biodiversidade e fortalecimento das comunidades rurais. Nessa perspectiva, a agroecologia deixa de ser apenas uma escolha técnica para assumir caráter político. Como destacam os materiais produzidos pelo movimento:

As mulheres camponesas organizadas em movimento recuperam a luta milenar com ações de proteção, preservação e cuidado das sementes, das florestas, das plantas medicinais e ornamentais, da mata, dos pequenos animais, entre outros. Elas ensinam e ao mesmo tempo, detêm a capacidade de garantir a biodiversidade, a soberania alimentar respeitando e integrando as múltiplas formas de vida. É neste contexto histórico que, as mulheres camponesas organizadas no movimento autônomo incorporam em suas lutas, a perspectiva de construção de um projeto popular de agricultura a partir dos princípios da agroecologia, capaz de garantir a soberania alimentar (MMC, 2008, p. 55).

A centralidade dessa discussão torna-se evidente na obra *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*, publicada em 2018. O próprio título da obra revela uma compreensão segundo a qual agroecologia, saúde e autonomia constituem dimensões inseparáveis da experiência das mulheres camponesas. Ao longo dos textos que compõem a publicação, observa-se a defesa da agroecologia como prática capaz de fortalecer a autonomia das mulheres, ampliar a produção de alimentos saudáveis e enfrentar processos de adoecimento relacionados ao modelo agrícola convencional.

Um aspecto particularmente relevante refere-se ao papel atribuído às mulheres na preservação dos conhecimentos agroecológicos. Nos materiais analisados, as mulheres aparecem como guardiãs de sementes, produtoras de alimentos, detentoras de conhecimentos sobre plantas medicinais e responsáveis pela manutenção de práticas agrícolas transmitidas entre gerações. Essa valorização não possui apenas caráter simbólico. Ela constitui uma crítica direta aos processos históricos que invisibilizaram o trabalho feminino no campo e

desqualificaram saberes produzidos fora dos espaços científicos e empresariais.

A defesa das sementes crioulas constitui um dos exemplos mais expressivos dessa disputa. Mais do que insumos agrícolas, as sementes são apresentadas pelo movimento como patrimônio coletivo, elemento fundamental da soberania alimentar e símbolo da resistência frente aos processos de privatização e mercantilização da agricultura. Conforme destacam as autoras:

As sementes crioulas carregam em si o valor da resistência e do enfrentamento ao sistema capitalista/patriarcal/racista, que torna a vida uma mercadoria para lucrar e concentrar riquezas. As mulheres camponesas na diversidade de experiências se constituem guardiãs de resistência e, ao guardar as sementes, multiplicam a esperança, o conhecimento e saberes ancestrais que também é ciência (SILVA; RAUBER, 2020, p. 105).

A preservação das sementes envolve não apenas a continuidade da produção agrícola, mas também a defesa da memória coletiva, dos conhecimentos ancestrais e da autonomia dos povos frente aos mecanismos de controle econômico e tecnológico sobre a produção de alimentos. Essa discussão aproxima o MMC das formulações desenvolvidas pela Via Campesina em torno do conceito de soberania alimentar. Conforme aparece nos materiais vinculados ao movimento camponês internacional, a soberania alimentar envolve o direito dos povos de decidir sobre suas formas de produzir, distribuir e consumir alimentos, priorizando as necessidades das comunidades e não as exigências do mercado global. A alimentação deixa de ser compreendida apenas como mercadoria e passa a ser tratada como direito fundamental e dimensão constitutiva da vida coletiva.

A soberania alimentar defendida pelo movimento também está associada à valorização da diversidade biológica e cultural existente nos territórios. Sendo assim, a agroecologia não busca uniformizar práticas produtivas, mas fortalecer experiências construídas a partir das realidades locais, dos conhecimentos populares e das condições específicas de cada comunidade:

É também a luta que nos coloca em defesa da biodiversidade, dos biomas, das diversidades culturais para a garantia da autonomia e de resistência da agricultura camponesa ao considerar as diferentes realidades locais e a cultura regional, buscando a unidade na diversidade, em prol da luta organizativa da autonomia das mulheres camponesas, das mulheres da classe trabalhadora (SILVA; RAUBER, 2020, p. 107).

Essa valorização da diversidade aproxima-se diretamente das discussões sobre Bem Viver, especialmente no reconhecimento da pluralidade de formas de existência e da

necessidade de construir alternativas enraizadas nos territórios e nas experiências concretas dos sujeitos. Ao analisar essas concepções à luz do Bem Viver, torna-se possível identificar convergências significativas. Tanto nas formulações teóricas do Bem Viver quanto nos documentos produzidos pelo MMC, a economia aparece subordinada à reprodução da vida e não à lógica da acumulação.

Produzir alimentos, preservar sementes, proteger a biodiversidade e fortalecer as comunidades rurais são práticas compreendidas como condições para a continuidade da existência coletiva. Em ambos os casos, observa-se uma crítica aos modelos de desenvolvimento que transformam a natureza e os próprios seres humanos em recursos destinados à exploração econômica.

Neste sentido, entendemos que a produção de alimentos saudáveis, baseada em práticas de iniciação à agroecologia, bem como a dimensão dos saberes nestes processos estão interligados. Tais práticas vêm sendo construídas pela experiência de resistência, principalmente no cotidiano das mulheres e afirmam-se como pilares que nos possibilitam pensar outras formas de vida, tanto no campo quanto na cidade. Diferentemente do que ocorre com o agronegócio (LIMA; PEREIRA, 2020, p. 88).

A agroecologia é compreendida pelo movimento não apenas como forma de produção, mas como possibilidade concreta de construção de outros modos de vida, capazes de enfrentar as desigualdades produzidas pelo modelo agrícola dominante. Além disso, a agroecologia defendida pelo movimento ultrapassa preocupações ambientais e produtivas. Ela integra um projeto político mais amplo, articulado ao Feminismo Camponês Popular. A autonomia econômica das mulheres, a valorização de seus conhecimentos, a divisão sexual do trabalho, a soberania alimentar e a defesa dos territórios aparecem como questões profundamente interligadas. Não se trata apenas de modificar técnicas agrícolas, mas de transformar relações sociais historicamente marcadas por desigualdades de gênero, classe e poder.

Como sintetiza uma das reflexões acerca da temática, "lutar por agroecologia é lutar por manter a vida, não só a vida humana, mas todas as formas de vida. Manter viva a memória, a historicidade da produção e do preparo dos alimentos, é manter a identidade das camponesas e dos camponeses" (PULGA et al., 2018, p. 47). Dessa forma, a análise dos documentos evidencia que a agroecologia ocupa posição estratégica na construção política do Movimento de Mulheres Camponesas. Ela constitui simultaneamente prática produtiva, instrumento de resistência e horizonte de transformação social. Mais do que uma alternativa ao modelo agrícola dominante, a agroecologia aparece como parte de um projeto que busca

articular produção de alimentos, autonomia das mulheres, preservação ambiental, valorização dos saberes ancestrais e defesa da vida, aproximando-se, nesse aspecto, de diversos princípios associados ao Bem Viver.

3.3 Formação política e construção coletiva: produzir conhecimento para transformar a realidade

Ao longo de sua trajetória, o Movimento de Mulheres Camponesas atribuiu papel central aos processos de formação política. Entretanto, a análise dos materiais produzidos pelo movimento permite compreender que a formação não é concebida apenas como transmissão de conhecimentos ou preparação para a militância. Ela constitui uma estratégia política voltada à construção coletiva de interpretações sobre a realidade e à elaboração de alternativas capazes de enfrentar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres do campo.

Nesse sentido, a formação ocupa lugar estruturante na organização do movimento. Ela está presente nos encontros, assembleias, jornadas de estudo, grupos de base, cursos, mobilizações e também nos materiais produzidos pelas próprias camponesas. Mais do que preparar lideranças, esses processos buscam fortalecer a capacidade das mulheres de compreender criticamente as condições de vida no campo e atuar coletivamente para transformá-las. Essa compreensão aparece explicitamente nos materiais formativos do movimento:

O caminho de libertação da mulher e de transformação da sociedade se dá quando as mulheres e o povo trabalhador se organizam, estudam a realidade, lutam pelos direitos e propõe um novo projeto de sociedade, baseado em condições dignas de viver. É o que chamamos de organização e trabalho de base (MMC, 2007, p. 13).

A formação, portanto, não é compreendida como atividade separada da luta social. Ela constitui parte da própria construção política do movimento. Estudar a realidade, refletir sobre as experiências vividas e compartilhar conhecimentos são práticas diretamente relacionadas à organização coletiva e à elaboração de projetos de transformação social.

Essa perspectiva ajuda a compreender a diversidade de materiais produzidos pelo MMC ao longo de sua trajetória. Cartilhas, cadernos de formação, campanhas educativas, músicas, poesias, místicas, vídeos e livros compõem um amplo repertório pedagógico mobilizado pelo movimento. A multiplicidade dessas linguagens revela uma compreensão ampliada da formação política, entendida como processo permanente de construção de consciência crítica, fortalecimento identitário e produção coletiva de saberes.

Ao analisar esses materiais, observa-se que a formação desenvolvida pelo MMC não se restringe aos debates tradicionalmente associados à política institucional. Questões relacionadas à sexualidade, violência contra as mulheres, divisão sexual do trabalho, agroecologia, alimentação, saúde, racismo e diversidade passam a integrar os processos educativos do movimento. Essa ampliação dos temas formativos expressa a compreensão de que as desigualdades sociais são produzidas em diferentes dimensões da vida cotidiana e, portanto, exigem processos igualmente amplos de reflexão e organização.

A cartilha *Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres*, publicada pelo movimento em 2008, constitui exemplo significativo dessa proposta. O material busca problematizar relações historicamente naturalizadas e estimular reflexões acerca das formas de discriminação e violência presentes na vida das mulheres. Mais do que fornecer informações, a cartilha procura criar condições para que as próprias camponesas interpretem criticamente suas experiências e fortaleçam sua participação nos espaços de decisão.

A formação política desenvolvida pelo movimento busca justamente enfrentar essas estruturas de desigualdade, contribuindo para ampliar a participação das mulheres e fortalecer sua atuação enquanto sujeitos políticos. Outro aspecto relevante refere-se à valorização dos conhecimentos produzidos pelas próprias camponesas. Diferentemente de perspectivas que reconhecem apenas os saberes acadêmicos ou técnicos como legítimos, os materiais analisados demonstram que o MMC atribui importância aos conhecimentos construídos na experiência cotidiana, no trabalho agrícola, nas formas de organização comunitária, na preservação das sementes, no cuidado com a saúde e na defesa dos territórios. A experiência vivida deixa de ser compreendida apenas como objeto de reflexão e passa a constituir também fonte de conhecimento.

Sendo assim, os processos formativos não buscam apenas transmitir conteúdos previamente elaborados, mas criar espaços em que as mulheres possam interpretar sua realidade a partir de suas próprias experiências, produzindo leituras críticas sobre as condições de vida no campo e construindo estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades.

Mais do que preparar mulheres para participar das atividades do movimento, a formação aparece como dimensão constitutiva de sua própria prática política. Produzir conhecimento, compartilhar experiências e construir interpretações coletivas sobre a realidade tornam-se formas de resistência frente aos processos históricos que silenciaram as vozes das mulheres do campo e deslegitimaram seus saberes.

Dessa forma, a formação política desenvolvida pelo Movimento de Mulheres

Camponesas ultrapassa a ideia de educação como transmissão de conteúdos. Ela constitui um processo coletivo de produção de conhecimento e fortalecimento organizativo que contribui para a construção de sujeitos políticos capazes de interpretar criticamente sua realidade e atuar na transformação das estruturas que produzem desigualdades, exclusões e formas de opressão.

3.4 Território, autonomia e resistência: a construção de alternativas a partir da vida camponesa

A análise dos materiais produzidos pelo Movimento de Mulheres Camponesas permite compreender que suas práticas organizativas não se limitam à reivindicação de direitos específicos ou ao enfrentamento de problemas imediatos vivenciados pelas mulheres do campo. Ao discutir agroecologia, soberania alimentar, sementes crioulas, cuidado, saúde, formação e organização coletiva, o movimento formula também uma reflexão mais ampla sobre os rumos do campo brasileiro e sobre as formas de vida que pretende fortalecer. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo MMC apontam para a construção de um projeto de campo e de sociedade fundamentado na valorização da vida, da autonomia dos sujeitos, da permanência nos territórios e da transformação das relações sociais.

Essa perspectiva está diretamente relacionada à forma como o movimento compreende o território. Diferentemente das interpretações que o reduzem a espaço físico, propriedade ou unidade produtiva, o território aparece como espaço de vida, memória, trabalho, cultura, pertencimento e organização política. É nele que se constroem vínculos comunitários, se produzem conhecimentos, se preservam práticas culturais e se desenvolvem formas de resistência frente aos processos de expropriação, violência e exclusão que atingem historicamente as populações camponesas.

A defesa do território, portanto, não se restringe ao acesso à terra. Ela envolve também a defesa das condições necessárias para que as comunidades camponesas possam permanecer produzindo alimentos, preservando seus conhecimentos, fortalecendo suas culturas e construindo seus modos de vida. Nesse contexto, as críticas formuladas pelo movimento ao agronegócio, ao uso intensivo de agrotóxicos, à privatização das sementes e à concentração fundiária expressam preocupações que ultrapassam os aspectos econômicos da produção agrícola. O que está em disputa são diferentes projetos de sociedade e diferentes formas de relação com a natureza, com o trabalho, com a cultura e com a própria vida.

O território também é compreendido como espaço de construção cultural. Nos

materiais produzidos pelo MMC, a resistência camponesa não aparece apenas nas mobilizações, nas reivindicações políticas ou nas práticas produtivas, mas também nas formas de celebrar, narrar, lembrar e transmitir experiências coletivas. A arte, a mística, as rezas, as músicas, as danças, os mutirões, as festas, as rodas de conversa, a literatura popular e as práticas comunitárias aparecem como dimensões importantes da vida camponesa e feminista, pois fortalecem vínculos, produzem pertencimento e reafirmam modos de existência que não se reduzem à lógica do mercado.

Essa compreensão está presente no Texto Base do movimento, quando o MMC afirma:

Entendemos que é preciso valorizar a cultura camponesa e feminista entendida como um modo de ser, de se relacionar socialmente no campo, valorizando o apego à terra, o respeito e o cuidado com a biodiversidade e a defesa da vida. Além disso, também é importante o fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, rodas de viola, mateadas, literatura de cordel, repente, trovas, festas típicas, cirandas, entre outras (MMC, 2007, p. 11).

A citação permite compreender que a resistência construída pelo movimento não se expressa somente na dimensão política institucional ou produtiva. Ela também se realiza nas práticas culturais e simbólicas que dão sentido à vida coletiva. Ao valorizar a arte, a espiritualidade, a memória e as formas populares de encontro, o MMC afirma que a transformação social passa também pela defesa da sensibilidade, da alegria, da convivência e dos vínculos comunitários. Trata-se de uma dimensão importante para esta pesquisa, pois permite compreender que a construção de alternativas não ocorre apenas por meio de programas ou reivindicações, mas também pela produção cotidiana de outros modos de viver e se relacionar.

A autonomia defendida pelo movimento deve ser compreendida nesse horizonte. Ela não corresponde à ideia de independência individual ou isolamento, mas à capacidade coletiva de construir condições de vida dignas nos territórios. Ser autônoma, nessa perspectiva, significa ampliar a possibilidade de decidir sobre os próprios modos de vida, sobre os processos produtivos, sobre as relações sociais e sobre os rumos das comunidades em que essas mulheres estão inseridas. Por isso, a autonomia aparece vinculada à organização, à formação, à cultura, à produção de alimentos, à defesa da natureza e ao enfrentamento das diferentes formas de opressão.

O trabalho de base ocupa papel central nesse processo. Nos materiais do MMC, ele aparece como prática concreta de organização popular, formação de consciência e construção

coletiva de soluções para os problemas vivenciados pelas mulheres e pelas comunidades camponesas. Conforme afirma o movimento:

(...) para nós do MMC, trabalho de base é toda ação feminista e popular realizada pelas mulheres camponesas e pelo povo trabalhador, que parte de suas necessidades buscando as soluções de problemas e elevando o nível de consciência individual e coletiva rumo à libertação (MMMC, 2007, p. 16).

A definição evidencia que a resistência não é compreendida apenas como reação às estruturas de dominação. Ela é também prática cotidiana de organização, elaboração política e construção de alternativas. O trabalho de base parte das necessidades concretas das mulheres, mas não se limita a elas. Ao elevar a consciência individual e coletiva, ele transforma problemas cotidianos em questões políticas e contribui para a construção de sujeitos capazes de intervir na realidade. Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando o movimento afirma:

"O trabalho de base para o MMC é fundamental principalmente porque, é através destas ações organizadas que as camponesas vão concretizando o processo de libertação da mulher e, na luta contribuem para a transformação da sociedade que vai sendo construída na prática de novos valores feministas, populares na perspectiva socialista" (MMC, 2007, p. 16).

A partir dessa compreensão, território, autonomia e resistência aparecem como dimensões inseparáveis. O território é o espaço onde a vida se realiza; a autonomia é construída coletivamente pelas mulheres organizadas; e a resistência se concretiza nas práticas cotidianas de formação, cultura, produção, cuidado e luta. Dessa forma, a transformação social não aparece como horizonte abstrato ou distante, mas como processo que se constrói nas experiências concretas das comunidades camponesas.

Essa perspectiva aproxima-se dos debates latino-americanos sobre Bem Viver. Embora o conceito não seja utilizado de forma sistemática nos documentos do MMC, diversas formulações do movimento dialogam diretamente com a crítica aos modelos de desenvolvimento centrados na acumulação econômica e na exploração intensiva da natureza. Ao defender a permanência no campo, a biodiversidade, a cultura camponesa, a agroecologia, a solidariedade e novas relações sociais, o movimento afirma uma compreensão de vida que ultrapassa os limites da lógica mercantil. Essa aproximação aparece de forma especialmente significativa quando o MMC afirma:

Precisamos construir nosso projeto de vida e de sociedade onde nosso relacionamento com as pessoas e com o ambiente seja pautado com base os valores

de vida e alegria, no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade, valorizando a juventude, idosos e crianças. Isso significa criar novas relações sociais, o que supõe mudança de vida (MMC, 2007, p. 11).

A formulação sintetiza de maneira expressiva o horizonte político construído pelo movimento. Ao falar em projeto de vida e de sociedade, o MMC articula dimensões econômicas, culturais, ecológicas, espirituais, geracionais, étnico-raciais e de gênero. Essa compreensão dialoga com o Bem Viver justamente porque desloca a centralidade do crescimento econômico e recoloca a vida, a coletividade e a diversidade como fundamentos da organização social. Dessa forma, o Movimento de Mulheres Camponesas não apenas denuncia desigualdades ou reivindica políticas públicas. Suas práticas organizativas e formativas constroem, no cotidiano, experiências que apontam para outras possibilidades de existência. Ao articular território, cultura, trabalho de base, cuidado, agroecologia, memória e autonomia, o movimento produz alternativas concretas às formas hegemônicas de desenvolvimento e afirma que outros modos de viver, produzir, educar e resistir continuam sendo possíveis.

Assim, território, autonomia e resistência constituem dimensões fundamentais da elaboração política do MMC. Mais do que defender a permanência das populações camponesas no campo, o movimento reivindica o direito de construir formas de vida baseadas na justiça social, na igualdade de gênero, na valorização dos saberes populares, na defesa da biodiversidade e na transformação das relações sociais. Nesse sentido, as experiências das mulheres camponesas revelam que a resistência não se limita a enfrentar aquilo que ameaça a vida; ela também consiste em criar, cultivar e sustentar coletivamente outros futuros possíveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A libertação das mulheres será obra das próprias mulheres e fruto da ação organizada e coletiva, ou não haverá libertação!” (MMC texto base, 2007, p. 3)

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas organizativas e formativas desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas, buscando compreender de que maneira essas experiências dialogam com princípios associados ao Bem Viver e às pedagogias do cuidado. Mais do que reconstruir a trajetória histórica de um movimento social, o trabalho procurou compreender os sentidos políticos, educativos e culturais presentes nas experiências construídas pelas mulheres camponesas em seus processos de organização, formação e luta.

A análise dos documentos, cartilhas, materiais formativos e produções do próprio movimento permitiu identificar que as práticas desenvolvidas pelo MMC ultrapassam a reivindicação de direitos específicos ou a organização de pautas setoriais. Ao articular cuidado, agroecologia, soberania alimentar, formação política, cultura, organização popular e defesa dos territórios, as mulheres camponesas constroem formas próprias de interpretar a realidade e de elaborar alternativas frente às múltiplas desigualdades produzidas pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelas diferentes formas de dominação que atravessam a vida no campo.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o cuidado ocupa lugar central nas formulações e práticas desenvolvidas pelo movimento. Entretanto, longe de ser compreendido como responsabilidade individual ou atributo naturalmente feminino, ele aparece como prática coletiva voltada à sustentação da vida. Cuidar, nas experiências construídas pelo MMC, envolve produzir alimentos saudáveis, preservar sementes, compartilhar conhecimentos, fortalecer vínculos comunitários, defender os territórios e construir relações sociais menos marcadas pela exploração e pela violência. Da mesma forma, a agroecologia e a soberania alimentar revelaram-se muito mais do que estratégias produtivas. Elas expressam formas concretas de resistência e de construção de autonomia, articulando saberes ancestrais, preservação da biodiversidade e defesa da agricultura camponesa. Ao colocar a reprodução da vida acima da lógica da acumulação, essas experiências aproximam-se de princípios presentes nas formulações latino-americanas do

Bem Viver, ainda que tal conceito não apareça explicitamente como referência central nos documentos analisados.

A pesquisa também evidenciou a relevância dos processos formativos desenvolvidos pelo movimento. As práticas educativas construídas pelas mulheres camponesas demonstram que a produção de conhecimento não ocorre exclusivamente nos espaços acadêmicos ou escolares. Nos encontros, cartilhas, campanhas, místicas, produções culturais e experiências organizativas do MMC, mulheres historicamente silenciadas constroem interpretações sobre sua realidade, compartilham saberes e produzem conhecimentos capazes de orientar suas ações coletivas. Nesse sentido, o movimento afirma-se também como espaço de formação política, produção de conhecimento e construção de memória.

Ao tomar as mulheres camponesas como produtoras de conhecimento e de interpretações sobre a realidade, esta pesquisa busca contribuir para deslocar narrativas que historicamente relegaram esses sujeitos a posições secundárias na escrita da história. As experiências analisadas demonstram que os movimentos sociais não atuam apenas como espaços de reivindicação política, mas também como lugares de elaboração intelectual, formação humana e construção de projetos coletivos de sociedade.

Para o campo da Educação, o estudo reforça a importância de reconhecer que os processos educativos ultrapassam os limites das instituições escolares. As experiências desenvolvidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas demonstram que a formação acontece também nos espaços de organização popular, nas práticas de cuidado, nas experiências de trabalho coletivo, na circulação de saberes e nas relações construídas nos territórios. Ao evidenciar essas dimensões, a pesquisa reafirma a atualidade das contribuições da educação popular para a compreensão dos processos formativos presentes na vida social.

Ao longo da investigação, tornou-se cada vez mais difícil compreender as experiências do Movimento de Mulheres Camponesas apenas como formas de resistência. Resistir é parte fundamental de sua trajetória, mas não esgota o significado de suas práticas. Os materiais analisados revelam que as mulheres organizadas no MMC não atuam apenas contra aquilo que ameaça suas vidas; elas constroem, cotidianamente, experiências que afirmam outras possibilidades de existência. Produzem alimentos, preservam sementes, fortalecem comunidades, compartilham saberes, valorizam a cultura popular, promovem processos educativos e cultivam formas de viver orientadas pela solidariedade, pela reciprocidade e pelo cuidado. Tal constatação, talvez, represente uma das principais contribuições desta pesquisa. Em um contexto frequentemente marcado por discursos que apresentam as crises sociais, ambientais e econômicas como inevitáveis, as experiências

construídas pelas mulheres camponesas demonstram que outras formas de organizar a vida continuam sendo pensadas, praticadas e construídas. Aquilo que muitas vezes aparece nos debates acadêmicos como horizonte teórico ou projeto político encontra, nas práticas do movimento, expressões concretas, ainda que parciais, contraditórias e permanentemente inacabadas.

Por fim, considera-se que a trajetória do Movimento de Mulheres Camponesas oferece importantes contribuições para os debates contemporâneos sobre educação popular, feminismos, agroecologia, cuidado e alternativas ao desenvolvimento hegemônico. Em tempos marcados pela ampliação das desigualdades sociais, pela crise ambiental e pela crescente mercantilização da vida, as experiências construídas pelas mulheres camponesas lembram que a esperança não se sustenta apenas naquilo que se imagina para o futuro, mas também naquilo que já começa a ser construído no presente. É nesse sentido que suas práticas organizativas e formativas revelam não apenas formas de resistir ao sistema vigente, mas experiências concretas de criação de outros modos de viver, cuidar, produzir, sonhar e existir coletivamente.

Assim, mais do que encerrar uma investigação, este trabalho reafirma a importância de seguir olhando para as experiências produzidas pelos sujeitos historicamente marginalizados das narrativas oficiais. Afinal, ao acompanhar a trajetória das mulheres camponesas organizadas no MMC, tornou-se possível perceber que os horizontes de transformação social discutidos na academia não pertencem exclusivamente ao campo das ideias. Eles também são construídos, todos os dias, nas práticas concretas de mulheres que seguem cultivando territórios, saberes, resistências e esperanças.

“Fortalecer a luta em defesa da vida! Todos os dias!” (MMC, 2007, p.3)

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016
- ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo Camponês e Popular: uma abordagem antirracista. In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 75-86.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONI, Valdete. Movimento de mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da (org.). *Movimentos e lutas sociais pela terra no Sul do Brasil: questões contemporâneas*. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 124-144.

CORDEIRO, Rosângela Piovizani. Mulheres camponesas na luta por seguridade social: saúde, previdência e assistência social. In: PULGA, Vanderléia Laodete et al. (org.). *Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. p. 177-204.

FORTUNA, Volnei. *Subjetividade e educação libertadora no contexto neoliberal: a atualidade de Paulo Freire*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas ao desenvolvimento. *América Latina en Movimiento*, Quito, n. 462, p. 1-20, fev. 2011.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Feminismo Camponês Popular*. Brasília: MMC, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Gênero, sexualidade e direitos das mulheres*. Passo Fundo: MMC, 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Mulheres Camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Texto Base do Movimento de Mulheres Camponesas*. Passo Fundo: MMC, 2007.

LA VÍA CAMPESINA. *A caminhada do feminismo camponês e popular na Via Campesina*. Harare, Zimbabwe: La Vía Campesina, 2022.

PULGA, Vanderléia Laodete. A produção de saúde e adoecimento das mulheres camponesas no Brasil. In: PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (org.). *Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. p. 19-34.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANTOS, Débora Fragata dos; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. O Movimento de Mulheres Camponesas na construção do Feminismo Camponês Popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. *NORUS – Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 269-299, 2019.

TABOLKA, Lauren Hanel Lang. *Do campo à ação: convergências do feminismo no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya-Yala, 2013.